Ficção literária e história atlântica: A gloriosa família, de Pepetela

Edvaldo A Bergamo (UnB)

1. Considerações iniciais

As principais características do romance histórico contemporâneo em língua portuguesa são a carnavalização dos acontecimentos, a revisão do passado, a abordagem dialógica dos fatos e a descentralização dos heróis oficiais, tendo em vista a representação de episódios do passado por meio de uma reescrita paródica e irônica que enriquece a composição ficcional e reequaciona o discurso histórico. Tais aspectos predominantes do subgênero em questão podem ser observados na obra A gloriosa família (1997), do angolano Pepetela. O mencionado romance focaliza em especial um evento histórico relevante da colonização européia de territórios banhados Atlântico sul: a invasão holandesa de Angola sob domínio dos portugueses. Nosso objetivo, nesta comunicação, é examinar as implicações temáticas e formais advindas com a utilização do foco narrativo de primeira pessoa em romances históricos contemporâneos privilegiam ângulo de que um visão inquiridor/reflexivo/problematizante de acontecimentos marcantes da empresa colonial notadamente lusitana em terras tropicais.

2. O romance histórico, ontem e hoje: aportes teóricos

Para Fredric Jameson,

O romance histórico [...] não será a descrição dos costumes e valores de um povo em um determinado momento de sua história (como pensava Manzoni); não será a representação de eventos históricos grandiosos (como quer a visão popular); tampouco será a história das vidas de indivíduos comuns em situações de crises extremas (a visão de Sartre sobre a literatura por via de regra); e seguramente não será história privada das grandes figuras históricas (que Tolstói discutia

com veemência e contra o que argumentava com muita propriedade). Ele pode incluir todos esses aspectos, mas tão-somente sob a condição de que eles tenham sido organizados em uma oposição entre um plano público ou histórico (definido seja por costumes, eventos, crises ou líderes) e um plano existencial ou individual representado por aquela categoria narrativa que chamamos personagens (2007, p. 192).

Os parâmetros do romance histórico foram delineados durante o período romântico, no início do século XIX. O escocês Walter Scott foi o responsável pela criação e divulgação das convenções formais modelares desse subgênero narrativo, apesar delas serem alteradas, já na mesma época, pelo francês Alfred de Vigny. Entre os princípios básicos dessa modalidade romanesca, destacam-se a reconstituição rigorosa do ambiente focalizado, o distanciamento temporal bem demarcado, o convívio de personagens fictícios e históricos e, principalmente, a movimentação de um herói mediano, protagonista de uma intriga fictícia, dentro de um enquadramento histórico que caracteriza a atmosfera ideológica de um determinado tempo.

A ruptura do modelo scottiano estabeleceu-se em definitivo com a crise mimética instaurada pelo romance moderno, colocando-se em xeque alguns pressupostos básicos do romance histórico clássico, principalmente a possibilidade de reconstrução fidedigna do passado, mediante uma recomposição totalizadora de fatos fundamentais de outrora. O descrédito do relato linear e da noção de tempo cronológico inviabilizou o enredo típico de cariz romântico e/ou realista e a reconstituição naturalista de certos ambientes, abalando-se a confiança do romancista num acesso irrestrito ao passado.

O romance histórico contemporâneo, tendência literária iniciada na segunda metade do século XX, é tributário dessa renovação que deu amplo fôlego a essa forma literária, caracterizada pela reformulação dos parâmetros estéticos e ideológicos do romance histórico clássico, cuja influência provinha fortemente das diretrizes conceituais da Nova História. Ao retratar o passado, essa tipologia romanesca procura explorar os meandros negligenciados ou intencionalmente obscurecidos pela chamada história oficial, de orientação positivista, ou, ainda, intenta proceder à humanização e reavaliação de importantes heróis que o mármore da história parecia haver esculpido em definitivo. Essa forma literária possui, igualmente, como característica fundamental, a

releitura crítica da História, como acontecimento social e ação individual. Sem desprezar prontamente as fontes documentais, o romancista prefere retratar os fatos por uma perspectiva preferencialmente paródica ou carnavalizada, procurando reavaliar/reaver os eventos por um ângulo desestabilizador de padrões estereotipados. Assim, no afã de revisitar o passado, o escritor procura demonstrar que não tem compromisso com nenhuma ideologia vigente, optando por uma visão dialógica dos acontecimentos.

O interesse crescente pela temática histórica demonstra que o "breve século XX" não superou terminantemente a crença no historicismo, desencadeada pelo Romantismo. Porém, sob novos pressupostos estético-ideológicos, o novo romance histórico revisita a história, preferindo uma visão porventura mais problematizadora do passado e procurando compreender tanto a ficção quanto a história como formação discursiva manipulável e questionável, numa evidente tentativa de subverter modelos conceituais como "verdade", "realidade", "certeza", "fidelidade", conforme premissas estabelecidas por uma certa fortuna crítica de origem hispano-americana, respaldada por conceitos-chave bakhtianos.

Por fim, o romance histórico contemporâneo pode ser examinado, levandose em conta certos parâmetros teóricos dos chamados estudos pós-coloniais. Os debates recentes sobre identidade cultural de países colonizados e colonizadores fomentam o debate sobre nação, história e sujeito. O termo pós-colonial, para além de sua acepção cronológica, pode significar um modo de desmistificar e superar os discursos hegemônicos representados pelo pensamento eurocêntrico, discutir o período de pósindependência das colônias americanas e africanas, e mesmo as conseqüências da descolonização em ex-nações imperialistas, e problematizar o legado do processo de colonização européia. Cada processo histórico resultou em identidades culturais específicas, com situações de dominação peculiares, o que, todavia, não impossibilita a comparação, a aproximação de experiências sociais análogas vislumbradas no romance histórico contemporâneo. O modelo de colonização lusitano, particularmente, impôs, de maneira similar, estratégias violentas de conquista e dominação, mesmo assim, a identidade o sujeito pós-colonial continua historicamente assinalada por diversos aspectos da identidade individual e coletiva múltipla, que dizem respeito à classe social, à etnia e ao gênero em território geográfico, social e cultural marcado pelo legado da experiência colonial inapagável. Sendo assim, vejamos sucintamente como o romance selecionado para esta comunicação aborda as contradições próprias da condição colonial, sob uma perspectiva pós-colonial, no âmbito de uma revisitação histórica problematizadora do império lusitano em território angolano.

3. A gloriosa família. O tempo dos flamengos: a colônia angolana e o escravo palrador

A literatura de Angola nasceu antes da Independência do país, ocorrida em 1975, visto que o projeto estético e ideológico de uma literatura que conferisse ao povo angolano o estatuto de autonomia cultural surge na década de 1950, com o movimento "Novos Intelectuais de Angola". Após os primeiros anos da independência e depois do fracasso da experiência socialista e de guerras civis devastadoras, vive-se um tempo de liberalismo econômico, de corrupção política endêmica e de contrastes sociais avassaladores, aspectos muito criticado pela literatura contemporânea angolana, que abandona o enfoque privilegiado da militância política e nacionalista e aposta em temáticas e formas múltiplas configuradoras de um presente histórico complexo e diverso. A palavra literária desempenhou em Angola um importante papel na superação do estatuto de colonialismo. Presente nas campanhas libertadoras, foi a responsável por ecoar o grito de liberdade de uma nação por muito tempo silenciado pelo império colonial. O povo angolano viveu, por algum tempo, entre duas realidades, a sociedade colonial européia e a sociedade africana; os escritos literários são, por isso, os resultados dessa tensão existente entre os dois mundos, uma realidade social e histórica que hoje manifesta entre os resquícios do antigo mundo colonial e uma contemporaneidade póscolonial em ebulição.

Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, conhecido pelo pseudónimo de Pepetela, (Benguela, 29 de Outubro de 1941) é um reconhecido escritor angolano. A sua obra reflete sobre a história colonial e contemporânea de Angola, com ênfase nos problemas que a sociedade angolana enfrenta na atualidade, como remanescência do passado no presente. Durante a longa guerra de independência, Pepetela lutou e militou no MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) para libertação da sua terra de

nascimento. O seu romance, *Mayombe* (1980), retrata as vida e os conflitos de um grupo de guerrilheiros durante a guerra colonial, internado numa grande floresta tropical. *Yaka* (1985) narra a vida de uma família colonial na cidade de Benguela ao longo de um século. *A Geração da Utopia* (1992), por sua vez, mostra o desmonte da ideologia socialista e a desilusão generalizada que toma conta de Angola depois do desmonte do projeto socialista. A história angolana dos primórdios do colonialismo também faz parte das obras de Pepetela, e pode ser recuperada em *Lueji* (1990). A sua obra dos anos 2000 em diante critica a contraditória situação angolana mais atual, são obras que contam com um estilo veementemente satírico. Exemplos: *Predadores* (2005), uma crítica áspera das classes dominantes de Angola, e *O Planalto e a Estepe* (2009), que examina as ligações entre Angola e outros países ex-comunistas. E como última referência, *A Sul. O sombreiro* (2011), um romance que retoma os primeiros tempos da presença colonial européia em Angola no século XVII, numa retorno ao romance de matéria histórica.

Fiquemos com a obra *A gloriosa família* e um problema teórico-crítico específico: as implicações da narração em primeira pessoa numa narrativa de extração histórica. A representação do foco narrativo no romance em questão é bastante reveladora e nada convencional, uma vez que o narrador-personagem é um escravo mudo, analfabeto e sem nome. O narrador, integrante ou espectador confesso das ações desenroladas ao longo do romance, transcende as dimensões espaciais e ideológicas nas quais um escravo deveria estar inserido, isto é, dentro de uma perspectiva limitada pelo lugar social do cativo, para o conhecimento dos meandros do processo colonial representado pela ação da família holandesa Van Dum. Trata-se da saga de uma família mestiça observada aos olhos do escravo que, mesmo excluído da "civilização", está presente como testemunha do que se passa ao seu redor. O poder do escravo é o de narrar a uma história, inclusive a sua própria, mesclada aos acontecimentos colonialistas da época; em meio a uma família afro-holandesa, que multiplica o seu poder através dos seus descendentes e do comércio atlântico de escravos.

Quem conta a história em *A Gloriosa Família* (1997) é um narradorpersonagem que interfere no enredo, relatando os acontecimentos históricos, especificamente os sete anos de dominação holandesa em Angola, focalizando a família Van Dum e as outras personagens periféricas, além de apresentar também a si próprio como um filho de um padre napolitano com uma escrava lunda. O aparente paradoxo de um escravo mudo e destituído de nome contar a história é o mote usado por Pepetela para revelar o universo africano, cheio de mitos, milagres e surpresas que sustentam a narrativa. O escravo mudo e sem nome é um narrador observador do que se passa ao seu redor, assiste à história produzida pelos europeus, convive com as outras personagens, participa das subjetividades que envolvem a família do holandês e, acima de tudo, faz comentários irônicos a partir de uma posição subalterna, que não o impede de ser capaz de interpretar a realidade. Traz ao leitor o que foi sonegado, o que estava escamoteado pelos tentáculos do poder colonial.

Pepetela, ao optar pelo narrador-personagem, apresenta o escravo como sujeito histórico ativo, ao contrário de objeto sem humanidade e vontade própria; resgata, pois, as possibilidades de resistência e manobras dentro do cativeiro. Também, em sua opção pelo foco narrativo em primeira pessoa, o escritor explicita a sua origem angolana, valoriza um sujeito histórico marginalizado. Essa opção é estética e ideológica e confere ao discurso literário complexidade e criatividade.

O escravo-narrador enuncia uma transgressiva biografia do seu dono, Baltazar Van Dum, próspero traficante de origem flamenga, cuja habilidade para lidar com os negócios fizera dele uma figura central nos jogos de poder que disputavam o controle da empresa colonial escravista. Gerenciando uma rede de afetos e interesses que se multiplicavam para além da sua grande família de filhos mulatos, estendendo-se a influentes amizades entre holandeses, portugueses e congoleses, Baltazar apresenta-se, enfim, como uma personagem emblemática para observarmos a construção de uma identidade mestiça produzida pela experiência colonial em Angola.

Na pseudo-biografia de Baltazar, elaborada pelo escravo narrador, inscrevese outra narrativa que produz a visibilidade das rotinas hipócritas e violentas, de sujeição e de resistência, que disciplinava as sociedades constituídas, sob a dominação patriarcal e mercantil do europeu. O narrador-personagem, ao produzir a história dessa gloriosa família entre aspas, torna-se sujeito, cuja experiência, marcada na pele, se estende na memória ficcional e histórica. A casa e o quintal, espaços de poder e de trocas simbólicas e materiais entre os membros da família representam a microestrutura doméstica das ambivalências e impasses do desejo colonial que se relacionam com uma macroestrutura de dimensão política, em que os processos de negociação obedecem à lógica do colonialismo do século XVII. A ordem cronológica do romance percorre todos os capítulos da obra. Cada um deles traz, no título, o nome de um mês diferente, destacando os sete anos da ocupação holandesa em Angola. Ao passo que, no âmbito da narrativa, o escravo-narrador vai cumprindo um processo de auto-descobrimento como sujeito, como indivíduo que, lentamente, vai recuperando, pelo hibridismo cultural revelado, e de modo especial, pela voz narrativa fantásticamente conquistada no romance, a sua humanidade e a face verdadeiramente violenta e opressora da família enfocada.

Pepetela interpõe a premissa da possibilidade de se conhecer subjetivamente o passado, destacando a vida particular ou privada de personagens históricos em sua dinâmica com a esfera pública. As ações colonialistas praticadas pelos europeus, os "grandes homens" de Angola, são reduzidas antes às suas motivações pessoais, não existindo nada que possa dotá-las de um significado que transcenda o interesse particular. E enfatiza, como contraponto, que o processo de assimilação e mestiçagem é o traço irrefreável do processo dialético da colonização europeia do território africano. A ótica narrativa privilegiada do escravo reforça tal perspectiva e fundamenta a representação crítica de um passado colonial caracterizado pela disputa, pela cobiça e pela violência, mas também pela mestiçagem cultural inapagável.

4. Considerações finais

Face ao exposto, podemos afirmar que o romance A gloriosa família, do angolano Pepetela, incorpora diversas características consideradas fundamentais para a configuração do romance histórico na contemporaneidade, tais como a ressignificação de acontecimentos pretéritos sob o ponto de vista do subalterno, a distorção ou dilatação de fatos históricos relevantes, o uso extensivo da intertextualidade e do paratexto, dentre outros recursos temáticos e formais. Assim, a reescrita da História, sob a ótica de uma voz narrativa em primeira pessoa, ou para ser mais específico, de um escravo, espécie de ajudante de ordens e principal testemunha dos meandros da vida pública e íntima de uma família holandesa em Angola, redimensiona o discurso historiográfico e reavalia o passado, dando nova espessura ideológica, por certo um significado alternativo ou divergente a acontecimentos pregressos, nos quais o olhar privilegiado do marginalizado pode prescrutar, vislumbrar outros modos de revisitar a história e reescrevâ-la por uma perspectiva disjuntiva, tão problematizadora quanto reveladora de uma "História vista de baixo", ou sob a perspectiva privilegiada de um herói mediano, em termos lukacsianos, um tipo histórico detentor da voz narrativa, que apresenta um ponto de vista singular da história oficial da colonização de Angola, numa versão que destaca outros atores envolvidos na intriga política de outrora, no jogo de interesses econômicos e sociais, representativos, certamente, do tempo marcante da invasão holandesa de Luanda, primeira cidade africana fundada nos moldes ocidentais ao sul do deserto do Saara.

5. REFERÊNCIAS

AINSA, Fernando. La nueva novela histórica latino-americana. *Plural*. México, nº 240, 82-85, 1991.

ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. Trad. de Milton Ohata. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 77, 205-220, 2007.

BURKE, Peter. As fronteiras instáveis entre história e ficção In: AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (orgs). *Gêneros de fronteira*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 107-114.

ESTEVES, Antonio R. *O romance histórico brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Unesp, 2010.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Trad. de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

_____Uma teoria da paródia. Trad. de Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 1989. JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível? Trad. de Hugo Mader. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 77, 185-203, 2007.

LUKÁCS, Georg. *O romance histórico*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENTON, Seymour. La nueva novela histórica de la América Latina, 1979-1992. México: F.C.E., 1993.

PEPETELA. A gloriosa família. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

RAMA, Angel. *Novísimos narradores hispanoamericanos en* "Marcha", 1964/1980. México: Marcha, 1981.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992.

TROUCHE, André. América: história e ficção. Niterói: Eduff, 2006.